



# Ler História

78 | 2021

Mobility and Displacement in and around the Mediterranean

Outros artigos

---

## Revolução, sindicalismo e futebol. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol durante o processo revolucionário português, 1974-1976

*Revolution, Unionism and Football. The Professional Football Players Union during the Portuguese Revolutionary Process, 1974-1976*

*Révolution, syndicalisme et football. Le Syndicat des joueurs professionnels de football pendant le processus révolutionnaire portugais, 1974-1976*

**PIERRE MARIE**

p. 179-198

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8409>

---

### Resumos

Português English Français

O presente artigo pretende questionar o impacto do processo revolucionário português (1974-1976) na organização dos jogadores de futebol através do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF). Durante o Estado Novo, as condições de trabalho dos jogadores eram marcadas por grandes desigualdades e uma submissão quase total aos clubes de futebol. A queda do regime autoritário a 25 de abril de 1974 e o início de um amplo processo revolucionário permitiram uma maior mobilização dos jogadores. As ações do SJPF focaram-se na regulação da profissão, mas integraram também um projeto revolucionário ao redefinirem o papel social dos jogadores.

This article aims to question the impact of the Portuguese revolutionary process (1974-1976) on the organization of soccer players through the Professional Football Players Union (SJPF). During the Estado Novo the working conditions of the players were marked by great inequalities and an almost total submission to football clubs. The fall of the authoritarian regime on 25 April 1974 and the beginning of a broad revolutionary process allowed a greater mobilization of the



players. SJPF actions focused on regulating the profession but also integrated a revolutionary project by redefining the social role of players.

Le présent article vise à questionner l'impact du processus révolutionnaire portugais (1974-1976) sur l'organisation des joueurs de football par l'intermédiaire du Syndicat des joueurs professionnels de football (SJPF). Pendant le régime de l'*Estado Novo*, les conditions de travail des joueurs ont été marquées par de grandes inégalités et une soumission quasi-totale aux clubs de football. La chute du régime autoritaire le 25 avril 1974 et le début d'un ample processus révolutionnaire ont permis une plus grande mobilisation des joueurs. Les actions du SJPF se sont alors focalisées sur la régulation de la profession mais ont aussi intégré un projet révolutionnaire en cherchant à redéfinir le rôle social des joueurs.

---

## Entradas no índice

**Mots-clés :** football, Révolution des Oeillets, syndicalisme, socialisme, Portugal.

**Keywords:** soccer, Carnation Revolution, unionism, socialism, Portugal.

**Palavras chaves:** futebol, Revolução dos Cravos, sindicalismo, socialismo, Portugal.

---

## Texto integral

- 1 No dia 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos pôs termo ao regime autoritário do Estado Novo no poder em Portugal desde 1933. Os capitães do Movimento das Forças Armadas (MFA), opostos à guerra colonial, organizaram um golpe vitorioso que iniciou um amplo processo de transformação do país. Após 48 anos de autoritarismo, inúmeros movimentos sociais organizaram-se nos vários setores da sociedade de forma a participar na fundação de um novo regime. Este intenso processo revolucionário durou até à entrada em vigor da Constituição em abril de 1976. Durante este período, reivindicações sociais emergiram e movimentos de base desenvolveram-se na sociedade, assente numa democracia direta. O processo revolucionário português foi marcado por fortes tensões e pode ser dividido em três grandes períodos. A queda do regime permitiu mobilizações populares e iniciou uma ampla reestruturação do aparelho de estado. A 11 de março de 1975, o falhanço de uma tentativa de golpe por parte da extrema-direita reunida em torno do general António de Spínola iniciou uma radicalização do processo revolucionário com medidas a favor de uma intervenção do estado na economia. Fortes tensões e violências marcaram o “Verão Quente” de 1975. Estas tensões culminaram em novas movimentações militares a 25 de novembro de 1975, que iniciaram uma normalização da situação política e social. A entrada em vigor da nova constituição em abril de 1976 marcou o fim desta transição para a democracia representativa (Hammond 1988; Ferreira 1993; Reis 1994).
- 2 O desporto também foi alvo de uma refundação. A politização da sociedade portuguesa e o crescimento do movimento sindical tiveram consequências no surgimento de reivindicações por parte dos jogadores profissionais de futebol. Neste período, os membros do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF) travaram uma luta pela reorganização da profissão e a criação de um novo estatuto. Os jogadores opuseram-se frequentemente às direções dos clubes e aproveitaram um contexto político favorável para fazerem avançar as suas reivindicações. Estas ações, conjugadas com iniciativas em prol de uma democratização do acesso ao desporto, permitiram esboçar um “desporto popular”, um futebol que regressaria ao conceito de *people game* presente nas raízes do jogo (Dietschy 2014, 55). Este trabalho pretende reconstituir a trajetória do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol na sua luta pelos interesses desta classe profissional no âmbito do processo revolucionário português (1974-1976). Procura-se questionar as ligações entre desporto e política, no quadro de um movimento reivindicativo (Gounot *et al.* 2012). O caso português é particularmente intenso devido ao profundo processo revolucionário que permitiu alcançar mais direitos para os jogadores, mas autorizou também uma reflexão sobre a transformação do próprio futebol.



Em primeiro lugar, descrever-se-á o estado do futebol português em 1974, a data do início do processo revolucionário. As difíceis condições de trabalho dos profissionais de

futebol mobilizaram os jogadores, culminando na criação do sindicato em 1972. Apesar deste processo de sindicalização, foi apenas com o 25 de Abril que a situação dos jogadores começou a evoluir. A segunda secção deste artigo abordará as reivindicações dos jogadores e as lutas travadas pelo sindicato. Estas iniciativas resultaram na edificação de um novo quadro legal que permitiu uma maior proteção dos jogadores. Finalmente, na secção 3 analisar-se-á o projeto político de um futebol popular, apoiado pelos organismos desportivos e pelos membros do sindicato. Além das reivindicações profissionais, o sindicato envolveu-se no esboço de um desporto novo. Uma limitação deste trabalho provém da ausência de arquivos do próprio Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol. A presente investigação está assente na análise da imprensa desportiva e generalista do período. Neste campo foram particularmente importantes os espólios dos jornais *A Bola*, *Record* e *Mundo Desportivo*. Trata-se dos três principais jornais desportivos da época. O presente texto baseia-se também em arquivos da Direção-Geral dos Desportos (DGD), principal serviço do estado para as questões desportivas.

## 1. O futebol em Portugal em 1974

- 4 O desenvolvimento do futebol profissional em Portugal foi afetado pela queda da I República em 1926 e a instauração em 1933 do regime autoritário do Estado Novo liderado por António de Oliveira Salazar. Apesar dos sucessos obtidos pelas equipas portuguesas ao longo dos anos 1960, o futebol português apresentava uma grande fragilidade em 1974. Os jogadores eram particularmente submetidos às decisões das direções dos clubes e os contratos tinham por base esta desigualdade entre entidade patronal e trabalhadores. Pode-se verdadeiramente falar de uma exploração dos trabalhadores do futebol. A fundação de um sindicato representativo dos jogadores surgiu neste contexto de uma relação muito desigual entre estes trabalhadores e as suas entidades patronais. O Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol, criado em 1972, militou por uma reforma dos contratos e pela melhoria das condições de trabalho dos jogadores de futebol.
- 5 O aparecimento do futebol em Portugal seguiu o desenvolvimento internacional deste desporto a partir do berço britânico. Os primeiros jogos no país foram organizados por britânicos ou por portugueses que tinham estudado em Inglaterra. Segundo Ricardo Serrado, o primeiro jogo de futebol em Portugal teve lugar na Madeira em 1875 e a primeira competição foi organizada em 1906 (Serrado e Serra 2014). No início do século XX, foram criados os principais clubes portugueses: o Sport Lisboa e Benfica em 1904, o Sporting Clube de Portugal e o Futebol Clube do Porto em 1906. A União Portuguesa de Futebol foi criada em 1914 – Federação Portuguesa de Futebol (FPF) a partir de 1926 – e detinha o monopólio da organização de competições nacionais. O crescimento do desporto no país conduziu à organização da Taça de Portugal a partir de 1922 e à criação da Liga Portuguesa em 1932. Em 1946, o número de equipas envolvidas era de 14.
- 6 Em 1933, a instauração do regime autoritário do Estado Novo alterou profundamente as dinâmicas do desenvolvimento desportivo no país. O regime instalado por António de Oliveira Salazar opôs-se ao ideal republicano e fez a promoção de um conservadorismo social e de um nacionalismo assente no império colonial português e na repressão dos movimentos sociais e populares. O novo poder apoiou-se em fortes meios repressivos e atacou o movimento sindical logo em 1933. O controlo da população passava pela criação de organizações de massa como a Mocidade Portuguesa (para a juventude) e a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (para os trabalhadores). Para o regime, a educação física era definida como um veículo da boa educação, da disciplina e do respeito. Salazar tinha uma grande desconfiança relativamente ao desporto e fez principalmente a promoção da ginástica (Domingos 2010).



O Estado Novo iniciou a reorganização do desporto nacional com a criação da Direção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFDSE), com o

Decreto nº 32241, de 5 de setembro de 1942. Esta nova instituição, dependente do Ministério da Educação, tinha por função supervisionar as organizações desportivas nacionais e funcionava como autoridade disciplinar. Tratava-se da implementação de um controlo político das instituições desportivas e de uma perda de autonomia por parte das federações. Em agosto de 1943, uma nova legislação proibiu o profissionalismo no desporto e colocou importantes travões à transferência de jogadores.<sup>1</sup> No entanto, a vontade de proibir a profissionalização do desporto viu-se enfraquecida pelas práticas dos clubes. Numerosos clubes ultrapassaram o quadro legal para adquirir novos jogadores e os pagamentos dos jogadores eram, de facto, uma realidade. Em 1951, o Sporting CP publicou assim um “Estatuto do jogador” que visava definir as relações contratuais entre o clube e os seus jogadores (Kumar 2017, 212). O regime abriu um precedente no sistema com a entrada em vigor de um novo enquadramento legal em 1960, com a Lei nº 2104.<sup>2</sup> Os praticantes de futebol, ciclismo e boxe foram, a partir desta data, classificados em três categorias: amadores, não-amadores e profissionais. O profissionalismo continuava, no entanto, proibido nas outras modalidades.

8 Apesar de o regime ter tentado travar o desenvolvimento do futebol profissional, o país conheceu a sua primeira era dourada futebolística nos anos 1960. O SL Benfica venceu duas Taças dos Clubes Campeões Europeus em 1961 e 1962 e chegou à final da competição em 1963, 1965 e 1968. O Sporting CP venceu a Taça dos Clubes Vencedores de Taças em 1964. Finalmente, em 1966, a seleção nacional conseguiu um terceiro lugar no Campeonato do Mundo, em Inglaterra. Vencedor da Bola de Ouro em 1965, Eusébio tornou-se um dos melhores jogadores da história deste desporto. Estes sucessos reforçaram consideravelmente a popularidade do futebol no país. Nos anos 1960, o regime salazarista teve de enfrentar várias dificuldades como os conflitos coloniais que surgiram nos territórios africanos e um crescimento das oposições internas. As dificuldades económicas agravaram-se, o que contribuiu para acelerar a emigração. A emergência de Eusébio – oriundo de Moçambique – e os sucessos obtidos durante o período constituíram uma oportunidade para melhorar a imagem internacional do regime (Dietschy 2014, 451; Domingos 2019).

9 A relativa abertura do regime em relação à profissionalização dos jogadores de futebol não conseguiu esconder as suas verdadeiras condições de trabalho. Pode falar-se de um “falso profissionalismo” para qualificar as condições de trabalho dos jogadores de futebol até ao período revolucionário. Em junho de 1965, alguns anos após a entrada em vigor da nova classificação dos jogadores de futebol, o governo publicou o “Regulamento das Relações entre Clubes e Jogadores”. Este novo texto legal definiu posições muito desiguais entre empregadores e assalariados e limitou, em larga medida, a liberdade contratual dos jogadores. Num projeto de investigação não terminado sobre o Benfica, José Cutileiro evocou este controlo da vida dos jogadores pelo clube, falando mesmo da “grande alienação do futebol em Portugal” (Domingos e Pereira 2019, 136). Este novo regime legal assentava no “direito de opção” e permitia a um clube reter um jogador mesmo após o fim do seu contrato. O clube tinha, assim, a possibilidade de usar esta opção de forma a manter o jogador por um salário mais baixo do que aquele estipulado no seu contrato cessante. Em caso de desacordo, o jogador não tinha o direito de assinar um novo contrato com outro clube. Só lhe restavam duas opções: submeter-se à sua entidade patronal ou pôr termo à sua carreira. Os clubes estavam, assim, em posição de força e a liberdade de trabalho dos jogadores era negada pelo regime jurídico em vigor. Os clubes implementaram regulamentos para controlar os seus jogadores. Segundo Ricardo Serrado e Pedro Serra (2014, 447), “para manterem os seus postos de trabalho, os jogadores abdicam necessariamente de boa parte da sua liberdade pessoal e social”.

10 Este regime contratual não era uma exceção portuguesa. Como notaram Sébastien Fleuriet e Manuel Schotté (2016, 12), “os desportistas estão na maioria das vezes numa posição dominada na definição das suas condições de emprego”. Em Inglaterra, a Professional Footballers’ Association opôs-se ao sistema de “*retain and transfer*” que tornava os jogadores “trabalhadores constrangidos” (Taylor 2016, 55). Em França, a Union nationale des footballeurs professionnels (UNFP), criada em 1961, insurgiu-se contra os “contratos vitalícios”. Em 1963, Raymond Kopa, segundo presidente da



UNFP, foi um dos primeiros a usar o termo de escravatura para qualificar as condições de trabalho dos jogadores de futebol (Simon, Leibrang e Mahjoub 2008, 26). Em Itália, a Associazione Italiana Calciatori foi criada em 1968 (Collins 2013, 112).

11 Em 1974, quando se iniciou a Revolução dos Cravos, o futebol português caracterizava-se por um fraco desenvolvimento, contando o país com apenas 224 clubes, de acordo com uma edição do jornal *A Bola*.<sup>3</sup> De igual modo, o profissionalismo no futebol era extremamente frágil, dada a quase ausência de liberdade contratual dos jogadores. Em 1975, o jornal *A Bola* recenseou 760 jogadores profissionais nos diversos escalões nacionais e regionais.<sup>4</sup> No entanto, existia um fosso enorme entre os poucos jogadores internacionais e relativamente bem pagos e a grande maioria dos jogadores que tinha de enfrentar dificuldades económicas, além de navegar numa incerteza jurídica. O direito de opção mantinha a dependência dos jogadores relativamente aos clubes, além da duração legal dos seus contratos.

12 O sistema legal que travou a liberdade dos jogadores conduziu à progressiva mobilização desta classe profissional. António Simões, avançado do Benfica, foi um dos primeiros a criticar o direito de opção. Em 1967, após negociações, conseguiu assinar um novo contrato mais vantajoso com o apoio do advogado Jorge Sampaio, futuro presidente da República portuguesa. No ano seguinte, uma comissão representativa de jogadores foi criada para defender os seus interesses. Após a saída de Salazar do poder em 1968, o regime conheceu uma relativa abertura nos primeiros anos de governo de Marcello Caetano. Foi neste contexto que ocorreu a criação do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol no modelo dos sindicatos nacionais controlados no âmbito da organização corporativista da economia nacional. O sindicato foi oficialmente fundado a 23 de fevereiro de 1972 com uma direção composta por 12 jogadores provenientes de sete clubes da primeira divisão portuguesa. António Simões e Eusébio, ambos internacionais, integraram esta direção que tinha Artur Jorge por presidente. Durante a cerimónia de fundação, o avançado do Benfica declarou que “finalmente, a partir de agora, o jogador de futebol vai ser, em Portugal, um trabalhador como todos os outros, com responsabilidades e regalias, com direitos e deveres”. Com o objetivo de promover os direitos sociais dos jogadores, o presidente do novo sindicato apelou ao desenvolvimento de “uma campanha de informação e de consciencialização dos jogadores profissionais de futebol”.<sup>5</sup> Pedro Gomes, outro membro da direção do sindicato, afirmou que “durante muito tempo o jogador foi considerado um homem que apenas jogava futebol e que, por isso mesmo, ocupava um estranho lugar na sociedade de hoje”, sublinhando a importância de os definir como trabalhadores e cidadãos.<sup>6</sup>

13 O programa do sindicato português a favor dos direitos dos jogadores estava alinhado com as reivindicações internacionais emanadas da Federação Internacional dos Jogadores Profissionais (FIFPro), organização criada em dezembro de 1965. A federação lutava pela liberdade para o jogador de futebol de assinar com o clube da sua escolha no fim do seu contrato. Em 1967, Jim Janssen Van Raaij, responsável da FIFPro, publicou um estudo comparativo sobre “a situação legal dos jogadores profissionais de futebol”. Nos dias 27 e 28 de novembro de 1972, a UNFP organizou as Assises internationales des joueurs professionnels, com o apoio da FIFPro (Simon, Leibrang e Mahjoub 2008). Mais de 300 jogadores profissionais reuniram-se em Versalhes para reivindicar uma modificação do sistema de transferência. Artur Jorge e António Simões representaram o sindicato português em Versalhes e em Paris, num jogo organizado no Parc des Princes entre seleções da UNFP e da FIFPro. Esta presença do sindicato português, criado apenas alguns meses antes, mostra bem a sua inserção no movimento internacional dos jogadores de futebol profissionais. As reivindicações dos jogadores portugueses a favor da liberdade de trabalho encontraram eco nos apelos das estruturas internacionais. A natureza autoritária do regime português não permitiu, no entanto, progredir na conquista de direitos sociais.



## 2. As lutas do sindicato após o 25 de Abril de 1974

- 14 Apesar da criação do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol em fevereiro de 1972, o contexto político não permitiu o avanço das reivindicações dos jogadores. As principais dificuldades concentraram-se no sistema de contratos e de transferências, que colocava o jogador numa situação de dependência e de grande desigualdade face à sua entidade patronal. Em abril de 1974, o fim do regime do Estado Novo e o início de um intenso processo revolucionário mudaram radicalmente o contexto político. Este novo quadro político e social permitiu aos jogadores fazerem ouvir as suas queixas e iniciarem novas ações. A reivindicação de uma mudança na regulação do futebol profissional encontrou uma nova oportunidade com o período de democratização do país. O processo revolucionário teve como consequência uma crescente consciencialização dos jogadores e resultou na sua mobilização em prol da classe. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol aproveitou este novo contexto político para melhor definir o seu programa de reivindicações.
- 15 A queda do regime autoritário a 25 de abril de 1974 representou uma rutura fulcral na história contemporânea de Portugal. A Revolução dos Cravos, iniciada pelo Movimento das Forças Armadas, teve por consequência a queda do aparelho repressivo do Estado Novo e lançou o país num processo revolucionário. O campo das possibilidades políticas, culturais e sociais expandiu-se e vários projetos para o futuro de Portugal confrontaram-se ao longo desses dois anos. Christian Rudel caracterizou então o país como “laboratório político” (Rudel 1980, 305). Movimentos sociais surgiram nos diversos setores da sociedade com vista a fundar um novo regime democrático e ultrapassar a pesada herança deixada por quase meio-século de autoritarismo. O movimento do “poder popular” desenvolveu-se através de experiências de democracia de base com o surgimento de organizações populares como as comissões de moradores nos bairros e nas aldeias e as comissões de trabalhadores nas empresas. O léxico socialista invadiu a esfera política e foi mobilizado pela grande maioria das forças partidárias, políticas e sindicatos (Varela 2014).
- 16 Neste contexto socialmente favorável, o movimento sindical reorganizou-se em torno destas novas dinâmicas. Por todo o país, as manifestações de 26 de abril e do Primeiro de Maio foram palco para as reivindicações dos trabalhadores projetadas pela democratização do regime, a qual permitiu maior justiça social. Se a situação política anterior tinha bloqueado as ações do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol, o 25 de Abril transformou radicalmente o contexto político. Cinco dias após a queda do regime, Artur Jorge afirmou que “depois desta maravilhosa jornada, [...] o futebol virá a ter apenas a importância que lhe é devida. [...] Continuará a ser um grande espetáculo, mas deixará de ser alienatório”.<sup>7</sup> Aproveitando este novo contexto, os membros do sindicato – que se tornou Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol a partir de 1974 – mostraram-se muito ativos e lançaram uma campanha a favor de uma redefinição da profissão de jogador de futebol. A direção do sindicato reuniu-se logo a 6 de maio e organizou encontros regionais no Porto (13 de maio) e em Lisboa (14 de maio) para permitir aos jogadores debaterem as ações a desenvolver. Num comunicado, o sindicato apelou à mobilização dos jogadores, terminando com estas palavras: “Que ninguém falte neste momento único da nossa vida! A escravidão dos jogadores de futebol tem que acabar!”<sup>8</sup>
- 17 Os encontros que tiveram lugar em maio de 1974 juntaram numerosos jogadores. Constituíram uma oportunidade para trocar impressões sobre o período político que se tinha aberto e exprimir os problemas mais urgentes desta classe. A reivindicação por contratos livres e a abolição do “direito de opção” eram preocupações centrais. Durante estas reuniões, os jogadores decidiram a eleição de delegados sindicais em cada clube de forma a iniciar processos de negociação. A 30 de maio, o sindicato publicou um comunicado que exprimiu claramente as preocupações dos jogadores. Contra a “desenfreada conquista de pontos”, a direção do sindicato chamou neste comunicado os jogadores a lutarem pela sua “dignidade de homens através duma atuação pura, livre e democrática, com vista a prestigiar a nossa classe”, e terminava com um apelo a uma nova atitude por parte dos jogadores:



Camaradas! Não à violência, sim ao respeito mútuo. Não a dirigentes facciosos que sempre sobrepuseram os seus interesses meramente individualistas, vaidades

e amores clubistas, em detrimento do futebolista-homem e não máquina. Não a treinadores-capatazes, ditadores divisionistas e reacionários que sempre puseram os seus interesses acima dos verdadeiros interesses dos trabalhadores do futebol.<sup>9</sup>

18 No início do mês de junho de 1974, o sindicato publicou um caderno reivindicativo com vista a reformar a profissão. Este documento previa contratos escritos de um a três anos e definia os direitos e os deveres dos jogadores e dos clubes. O sindicato reivindicava, assim, o direito a férias e a uma proteção social. Ponto fulcral deste caderno reivindicativo, os jogadores pediam a “liberdade de trabalho” e, em consequência, a abolição do direito de opção. A possibilidade de um jogador ter uma segunda profissão ou frequentar formações profissionais eram hipóteses que acautelavam o seu futuro e garantiam a sua inserção na sociedade. A reivindicação central visou a definição da atividade desportiva como profissão e, em consequência, a obtenção de direitos sociais para os jogadores. Os textos da época faziam frequentemente referência aos “trabalhadores do futebol”, num contexto de forte desenvolvimento dos movimentos reivindicativos. Em junho de 1974, o sindicato teceu contactos com a Intersindical Nacional, confederação sindical única dos trabalhadores. Neste contexto, os jogadores defendiam “um programa de cogestão, em que quatro jogadores participam nos destinos do clube”, segundo Toni, jogador do Benfica e membro da direção do sindicato.<sup>10</sup> Num novo comunicado publicado em julho, o sindicato atacou os dirigentes de clubes que “quer[iam] manter em situação de escravatura um sector do povo português”.<sup>11</sup>

19 As direções dos clubes opuseram-se à ideia da reforma do estatuto dos jogadores e da melhoria dos seus direitos laborais. Em dezembro de 1974, os dois delegados sindicais do Caldas Sport Clube foram suspensos por terem manifestado a sua oposição aos castigos impostos pelo clube aos seus jogadores. Antes de uma reunião do sindicato organizada em Picassinos em junho de 1974, os jogadores do clube de Peniche tinham sido avisados de que teriam de pagar multas caso deixassem a reunião após as 23 horas. Durante este período, os jogadores do Sporting Clube Olhanense e do Leixões Sport Club conheceram atrasos recorrentes nos salários, sinal das dificuldades financeiras que afetavam a profissão. O sindicato dos jogadores sempre exprimiu a sua solidariedade com os seus membros contra as direções dos clubes. A época de 1974/75 abriu sem verdadeira modificação do estatuto dos jogadores e as negociações pouco tinham avançado. Após o 11 de Março de 1975 e a radicalização do processo revolucionário, os jogadores endureceram as suas posições. A 8 de maio de 1975, o sindicato anunciou uma greve aos jogos de fim de semana como forma de protesto contra a permanência do direito de opção (Serrado 2014b, 57). Durante esta interrupção do campeonato, o sindicato previa a organização de dois jogos, um em Lisboa e outro no Porto, cujas receitas iriam ajudar os colegas com dificuldades financeiras.<sup>12</sup> A ameaça de greve permitiu uma reunião entre clubes e sindicatos no Ministério do Trabalho, que previu a preparação de uma nova legislação abolindo o direito de opção.

20 Esta “legislação revolucionária”, retomando os termos do jornal *A Bola*,<sup>13</sup> foi publicada a 15 de julho de 1975 e representou um consequente avanço para os jogadores e os seus direitos.<sup>14</sup> Representou uma rutura com a exploração laboral que vigorava até então para os jogadores. Três categorias de jogadores foram criadas: profissionais A (para os quais o futebol era a atividade principal), profissionais B (que tinham uma outra profissão principal) e amadores. A nova lei autorizou os jogadores de todas as categorias a terem uma outra profissão e a frequentarem formações com vista a prepararem o fim da sua carreira. Os contratos tinham uma duração de um a quatro anos e, após o seu termo, o jogador era livre de assinar por um clube da sua escolha. Esta legislação definia também as vantagens e os mecanismos de proteção social para os jogadores de futebol.

21 Esta vitória motivou o sindicato a avançar na via de uma maior proteção social para os trabalhadores do futebol. Em maio de 1975, o sindicato pediu assim a integração dos jogadores no sistema de Segurança Social no quadro da Caixa de Previdência dos Profissionais de Espetáculo. Esta reivindicação foi bem-sucedida e a Secretaria de Estado da Segurança Social publicou um despacho a 17 de fevereiro de 1976 que previa



a integração dos jogadores a partir de 1 de março.<sup>15</sup> Os jogadores, como alguns membros das respetivas famílias, tinham acesso ao sistema de cuidados de saúde e a proteção social em caso de doença ou de invalidez. A idade da reforma foi fixada nos 65 anos e era calculada tendo como base os salários. Os anos no futebol eram assim contabilizados, mas o antigo jogador tinha de exercer uma segunda profissão até aos 65 anos para ter acesso à reforma. As contribuições para este sistema estavam a cargo dos jogadores e dos clubes, enquanto entidade patronal.

22 Apesar de estarem focados na defesa dos interesses dos jogadores, os membros do sindicato desenvolveram atividades de solidariedade no âmbito mais amplo da revolução portuguesa. A direção e os membros do sindicato envolveram-se no processo revolucionário que marcava então o país. Entre abril de 1974 e abril de 1976, data de entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, o período revolucionário foi de uma grande intensidade e fez nascer esperanças e medos no seio da população. Várias tentativas de golpe tiveram lugar e a sociedade foi marcada por tensões e conflitos sobre as grandes orientações para o futuro do país. Este clima de contestação teve também impacto no campo desportivo. Ao longo deste período, o risco de um golpe contrarrevolucionário foi frequentemente evocado, com a referência omnipresente ao Chile (Del Pero 2011). Forças de extrema-direita juntaram-se em torno do general António de Spínola, Presidente da República desde maio de 1974. Oposto ao socialismo e à independência das colónias, António de Spínola apelou aos seus apoiantes que se juntassem numa manifestação da “Maioria Silenciosa”, a 28 de setembro de 1974 em Lisboa. Estas forças políticas estavam fortemente implantadas no norte do país e dois jogos estavam previstos para esse mesmo dia entre equipas de Lisboa e do Norte, o primeiro entre o Sporting CP e o Vitória de Guimarães, e o segundo entre o Belenenses e o FC Porto. Temendo uma instrumentalização destes jogos, o sindicato publicou um comunicado conjunto com a Intersindical a 27 de setembro denunciando uma “operação reacionária” e pedindo o seu cancelamento.<sup>16</sup> Num segundo comunicado publicado no mesmo dia, a direção do sindicato apelou desta vez a uma “aliança dos trabalhadores com as forças verdadeiramente populares”.<sup>17</sup> A manifestação foi finalmente proibida e Spínola, isolado, demitiu-se da Presidência da República.

23 Durante o verão de 1975, uma onda de violência alastrou pelo país. No seguimento de uma tentativa falhada de golpe por parte da extrema-direita, a 11 de março de 1975, o processo revolucionário conheceu uma radicalização com a nacionalização de setores da economia e o início de uma reforma agrária (Murteira 2004; Varela 2014; Noronha 2018). As posições radicalizaram-se e, a partir de julho, sedes do Partido Comunista Português e de outras forças de esquerda foram destruídas em numerosas regiões do país. O início da nova época de futebol de 1975/76 ocorreu neste contexto tenso. António Bernardo, membro do sindicato, apelou assim no jornal *A Bola* a uma “vigilância revolucionária” nos estádios contra novas ameaças de novos avanços da extrema-direita.<sup>18</sup>

24 Uma prova suplementar do caráter revolucionário do sindicato foi o seu envolvimento a favor da unicidade sindical, objeto de um forte debate no início do ano de 1975. A Intersindical era pensada por alguns militantes como uma frente unitária de trabalhadores enquanto outros destacavam a influência e até o controlo exercido pelo Partido Comunista Português na sua estrutura. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol tomou posição a favor da unidade sindical no seio de uma confederação sindical (Amaral 2017). Antes do jogo Benfica-Farense de 12 de janeiro de 1975, membros do sindicato, como Toni, distribuíram panfletos promovendo a grande manifestação pela unicidade sindical prevista para dois dias mais tarde. Em julho de 1975, o sindicato formalizou esta posição com a sua integração na confederação da Intersindical, “prova da sua consciencialização e empenhamento no processo revolucionário em curso”, segundo palavras da própria direção.<sup>19</sup>

25 A nível internacional, o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol manteve esta linha e demarcou-se de outros sindicatos no interior da FIFPro. Durante um congresso da organização internacional em Paris, em janeiro de 1976, o sindicato português, presente com o estatuto de observador, causou uma certa polémica pelo facto de a sua posição ser “considerada revolucionária”, de acordo com Agostinho, o novo presidente da estrutura.<sup>20</sup> Este responsável descreveu dois “blocos” entre as





“organizações latinas” e os sindicatos anglo-saxónicos, que classificou de “conservadores” e “reacionários”. Apoiado num processo revolucionário amplo, o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol inscreveu a sua luta pela conquista de direitos no âmbito de uma perspetiva revolucionária e de redefinição ampla do papel do desporto na nova sociedade portuguesa.

### 3. O esboço de um outro futebol

26 A defesa dos “trabalhadores do futebol” constituiu uma prioridade para os membros do sindicato, que conseguiram alterações profundas do enquadramento legal da sua profissão: abolição do direito de opção, reconhecimento de direitos enquanto trabalhadores e integração progressiva no sistema de Segurança Social. No entanto, o sindicato não se limitou à defesa de uma classe profissional, mas participou num movimento amplo para a redefinição do desporto no âmbito do novo regime democrático português. Além das reivindicações profissionais, a ação do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol exprimiou um projeto político e social. O envolvimento dos jogadores no processo revolucionário permitiu o esboço de um outro tipo de futebol em Portugal. A nova legislação, publicada em julho de 1975, trouxe uma regulação das relações entre os clubes e os jogadores, assegurando direitos sociais para estes trabalhadores. Esta legislação permitiu pensar uma redefinição da profissão de jogador ao viabilizar uma segunda atividade. Logo em 1974, o jornalista Carlos Miranda exprimiou esta preocupação sobre o desenvolvimento humano dos jogadores: “É urgente que o futebolista pense, definitivamente, na segunda profissão. Talvez desça o futebol. Mas sobe o Homem e só o Homem é importante”.<sup>21</sup>

27 Esta ambição era partilhada pela direção do sindicato por via das reivindicações a favor de ações de formação profissional e de uma outra forma de organização dos treinos. Em 1975, Artur Jorge declarou assim que o sindicato “levantou a questão de o jogador dever ter outra profissão, para salvaguarda do seu futuro, no ‘após-futebol’”.<sup>22</sup> Esta reivindicação tinha também um objetivo político uma vez que, para o presidente do sindicato, “nós, jogadores, temos de compreender a tempo e horas que precisamos de fazer outra coisa, ou outro tipo de trabalho ou estudar, para sermos úteis à sociedade”.<sup>23</sup> A perspetiva da instauração de um regime socialista teve uma influência fulcral nesta nova definição da atividade do jogador de futebol e na necessidade de contribuir para uma sociedade então em mudança. O profissionalismo, tal como se praticava então em Portugal, era assimilado ao sistema capitalista, e era fator de desigualdades e de exploração entre os jogadores. As dificuldades financeiras que afetavam numerosos clubes eram, para o sindicato, provas da impossibilidade de continuar com aquele futebol profissional. O sindicato defendia a necessidade de inserir os jogadores na sociedade enquanto cidadãos participativos e trabalhadores.

28 Os dirigentes do sindicato puseram em prática esta reivindicação ao partilharem o seu tempo de trabalho entre o futebol e uma outra atividade profissional ou formativa. Artur Jorge era, assim, estudante de Filologia Germânica no início da sua carreira e na época 1975/76 assinou um contrato a tempo parcial com o Clube de Futebol “Os Belenenses” e trabalhava durante o dia na Direção-Geral dos Desportos. António Bernardo (Sintrense) e José Carlos (Oriental) trabalhavam ambos numa instituição bancária. Em 1975, o Grupo Desportivo da CUF – equipa da Primeira Divisão composta por trabalhadores da empresa química Companhia União Fabril – e o Futebol Clube Barreirense abandonaram o profissionalismo. Outros clubes da Segunda e da Terceira Divisão tomaram a mesma orientação, como o Almada Atlético Clube, que também passou a integrar uma comissão eleita de jogadores nas reuniões da direção, sinal da democratização dos processos internos de decisão.

29 Estas posições, além da questão financeira, revelaram uma postura política no quadro geral do processo revolucionário então em curso de procura de um novo regime político que permitisse alcançar liberdades com justiça social. O sindicato incentivou os jogadores a se envolverem e intervirem nos processos sociais em desenvolvimento no país. A perspetiva de um regime socialista motivou a redefinição do papel social do



desporto. A orientação do novo regime determinaria, então, o lugar e as funções que caberiam ao futebol. António Bernardo exprimia muito claramente, em 1975, a perspetiva do sindicato perante estes desafios: “Se houver a revolução socialista que se deseje, claro está que não há lugar para este futebol profissionalizado. [...] É óbvio que o jogador [...] não poderá limitar-se ao futebol. Terá de produzir mais, para a sociedade em que está integrado”.<sup>24</sup>

30 Ao longo do período revolucionário, o desporto foi objeto de uma redefinição profunda e a democratização das atividades desportivas tornou-se uma prioridade. Em dezembro de 1974, foi criada a Direção-Geral dos Desportos (DGD), sob a tutela do Ministério da Educação e da Cultura, por via do Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de dezembro,<sup>25</sup> que participaria ativamente na dinamização desportiva da época. Este serviço implementou políticas a favor de um “desporto popular” com duas orientações principais: reconhecer o papel social do desporto como fator de democratização; e, conseqüentemente, permitir um maior acesso às atividades desportivas. Para as equipas da DGD tratava-se de democratizar a sociedade democratizando o desporto. Em março de 1975, foi organizado um Encontro Nacional do Desporto (ENDO) para dar início a estas novas políticas. Este evento sublinhou o papel político do desporto como parte integrante do campo cultural. A DGD definia então o desporto “como meio de democratização, capaz de ser utilizado como um meio de intervenção política, desde que subordinado aos princípios básicos do processo da democracia” (Direção-Geral dos Desportos 1975a, 8).

31 A palavra de ordem “desporto para todos” era frequentemente usada na época, inspirada nos trabalhos do Conselho da Europa e da UNESCO. A falta de infraestruturas era gritante após o período autoritário. Em 1975 a DGD, em colaboração com as Forças Armadas, lançou iniciativas de construção de instalações desportivas em bairros e aldeias isoladas de forma a tentar colmatar estas lacunas. A população participou ativamente nos trabalhos, assim como as associações e outras estruturas locais. Em menos de dois anos, mais de 2000 instalações desportivas foram construídas através de autarquias locais, escolas e associações.<sup>26</sup> A DGD iniciou vários programas de formação com vista a desenvolver uma rede de animadores locais. Para reforçar a reflexão sobre o papel do desporto e completar o esforço de formação de monitores, a DGD publicou numerosos manuais, revistas e jornais ao longo deste período.

32 A concretização deste desporto popular andou a par com o desenvolvimento do movimento associativo no país. Consideradas como as “células básicas da democratização desportiva” (Direção-Geral dos Desportos 1975b, 10), as associações locais deram expressão a uma democracia participativa. A DGD concebeu o seu papel como o de um órgão estatal ao serviço de grupos locais. A necessidade de organização para desenvolver atividades desportivas conduziria, segundo os responsáveis da estrutura, a uma “politização das massas populares”.<sup>27</sup> A gestão conjunta e a dinamização de associações constituiria, de acordo com este projeto, uma alavanca para a aprendizagem da democracia. Ao longo destes dois anos de processo revolucionário, os programas da Direção-Geral dos Desportos permitiram a criação de mais de 6000 grupos locais.<sup>28</sup> No que toca ao futebol, este programa traduziu-se na organização em 1975 de “torneios populares” com equipas de associações locais. O desafio era o de permitir a organização de competições paralelas às equipas profissionais, mais interessadas na performance e na contratação dos melhores jogadores. Estas equipas populares, criadas nos bairros e nas aldeias, eram principalmente concebidas como ferramenta para o aproveitamento dos tempos livres e o fortalecimento do dinamismo local.<sup>29</sup> No fim do ano de 1975, o Movimento Nacional do Futebol Juvenil (MNFJ) foi fundado com o objetivo de criar equipas de jovens nos bairros e nas aldeias. Os jogos de futebol de 5 e 7 jogadores, a gratuidade da participação e o envolvimento das equipas na organização dos torneios promoviam um desporto educativo e baseado na democracia local.

33 Com vista a apoiar estas atividades locais, a DGD lançou publicações para os animadores e os jovens participantes. O manual *Futebol. De A a Z* defendia, desta forma, uma nova imagem do futebol resumida pela ideia segundo a qual “o futebol pode dar um bom exemplo, uma explicação” do que é a democracia. Pode também ler-se nesta publicação que “preferível a um Eusébio fora-de-série, milhares e milhares de



jogadores em série por esse País fora” (Movimento Nacional de Futebol Juvenil 1976a, 9 e 41). A obra *Manual elementar de futebol. Apoio ao Futebol Popular* foi publicada pela DGD durante o mesmo período para promover uma “prática desportiva verdadeiramente popular” (Direção-Geral dos Desportos 1975b, 5). Segundo um manual de regras editado no âmbito do MNFJ, “as deslocações dos jogadores de posse de bola deverão sempre concorrer para uma expressão coletiva, pela participação de todos no jogo” (Movimento Nacional de Futebol Juvenil 1976b, 4). O futebol era, assim, definido como uma exemplificação do funcionamento da democracia.

34 As reivindicações dos jogadores para uma redefinição do futebol juntaram-se a estes programas a favor do desenvolvimento de um “desporto popular”. Num relatório interno da DGD, Manuel Abrantes, responsável pela implementação do programa do MNFJ na região de Coimbra, propôs “valorizar [...] os futebolistas profissionais [...] que, pela sua função social junto das populações, poderão contribuir para a formação integral da juventude”.<sup>30</sup> Em 1974, o jornalista Carlos Miranda defendeu que “os tempos de trabalho de profissional de futebol [têm] de conhecer um aproveitamento mais integral, como monitores junto das escolas, junto da juventude”.<sup>31</sup> Numerosos jogadores profissionais de futebol membros do sindicato participaram neste projeto de promoção de um futebol popular junto das camadas mais jovens. Vítor Miranda e Artur Jorge, ambos trabalhadores da Direção-Geral dos Desportos, integraram uma comissão executiva do Movimento Nacional do Futebol Juvenil. Em cada região, jogadores profissionais dos clubes locais participaram nas comissões descentralizadas do MNFJ e contribuíram assim para a sua implementação. A crítica do profissionalismo dos jogadores de futebol encontrou uma concretização através deste envolvimento junto de associações locais pelo desenvolvimento de um desporto popular como ferramenta educativa, cultural e política.

## 4. Conclusão

35 A trajetória do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol ao longo do processo revolucionário permite questionar as ligações entre futebol e política durante este intenso período. As reivindicações do sindicato pela definição de direitos laborais para os jogadores encontraram um eco favorável tanto a nível internacional, com a fundação de sindicatos nacionais no âmbito da FIFPro, como a nível nacional, com o surgimento do processo revolucionário a partir de abril de 1974. As ações iniciadas pelos jogadores tiveram então duas orientações principais. Uma primeira defendia uma melhoria das condições de trabalho com um verdadeiro estatuto de trabalhadores para os jogadores profissionais com direitos e proteção social. Uma outra vertente deste projeto previa a inserção dos jogadores na sociedade através de ações de formação profissional, do exercício de uma outra atividade profissional ou do envolvimento a favor do desenvolvimento de um futebol popular no país.

36 Em abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa entrou em vigor instaurando um regime de democracia representativa assente numa economia de mercado. Numerosas conquistas do período revolucionário foram acolhidas e preservadas no texto constitucional. No entanto, o regime orientou-se rapidamente para um processo de integração europeia, finalizada em 1986 com a adesão à Comunidade Económica Europeia. Em 1982, a constituição sofreu um primeiro processo de revisão e o objetivo socialista, central na primeira versão do texto, enfrentou um recuo. Com a normalização da situação portuguesa, os movimentos sociais entraram numa fase de retrocesso. As políticas a favor de um “desporto para todos” foram progressivamente suspensas. A substituição da equipa dirigente da Direção-Geral dos Desportos iniciou o abandono destes programas. A postura do próprio sindicato conheceu uma evolução similar. O objetivo de ultrapassar o profissionalismo foi abandonado e o sindicato concentrou-se na salvaguarda dos interesses da classe. O futebol português evoluiu para a profissionalização, marcada nomeadamente pela criação da Liga Portuguesa de Futebol em 1983, organismo



representativo dos interesses dos clubes. A partir de 1988, este órgão foi responsável pela organização do campeonato nacional.

37 O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol distanciou-se das suas posições mais revolucionárias e a vertente política do seu projeto de reivindicações foi progressivamente deixada de lado. A organização orientou-se, assim, para o profissionalismo integral dos jogadores. Durante os anos 1980, o sindicato deixou a Intersindical, sinal da sua rutura com o resto do mundo sindical. Em 1986, durante o Campeonato do Mundo no México, o sindicato foi o principal ator de um episódio mediático e altamente simbólico. Antes da competição, a Federação e os jogadores não chegaram a acordo sobre os prémios financeiros a atribuir aos jogadores. No seguimento do primeiro jogo da competição, o sindicato teve um papel fundamental na mobilização dos jogadores, que ameaçaram iniciar uma greve aos treinos como forma de protesto.

38 Os jogadores viram as suas reivindicações satisfeitas, mas a seleção portuguesa foi eliminada na fase de grupos e este episódio marcou o futebol português. O “Caso Saltillo”, do nome da cidade mexicana que acolheu a equipa portuguesa, mostrou a evolução do programa do sindicato e teve como consequência a profissionalização das estruturas da Federação Portuguesa de Futebol, marcada, na época, pelo seu carácter amador. Segundo João Tomaz e Pedro Adão e Silva (2017, 18), “as reivindicações dos jogadores portugueses no Mundial de 86 fazem parte de um movimento mais vasto, no qual os futebolistas ganham consciência de classe e procuram beneficiar de uma parcela do negócio do futebol”, acrescentando que “o que estava em causa era, em última análise, a justa repartição dos lucros de um negócio que crescia exponencialmente”. Se em 1974-1976 o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol colocava em questão o profissionalismo individualista do futebol em prol de um desporto para todos, já em 1986 incentivava à greve com base em desacordo de valores financeiros de prémios a conceder aos jogadores, revelando assim o seu papel decisivo na profissionalização definitiva do futebol português.

---

## Bibliografia

Amaral, Virgílio (2017). “Discursos políticos e retórica em torno da Lei da Unicidade Sindical na revolução portuguesa de 1974”. *Análise Psicológica*, 35 (3), pp. 263-280.

DOI : 10.14417/ap.1304

Collins, Tony (2013). *Sport in Capitalist Society*. London/New York: Routledge.

DOI : 10.4324/9780203068113

Del Pero, Mario (2011). “‘Which Chile, Allende?’ Henry Kissinger and the Portuguese Revolution”. *Cold War History*, 11, pp. 625-657.

Dietschy, Paul (2014). *Histoire du football*. Paris: Perrin.

Direção-Geral dos Desportos (1975a). *Desporto popular. Diretrizes de ação. Critérios de apoio*. Lisboa: Ministério da Educação e Investigação Científica.

Direção-Geral dos Desportos (1975b). *Manual elementar de futebol. Apoio ao futebol popular*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.

Domingos, Nuno (2010). “Building a motor habitus: Physical education in the portuguese *Estado Novo*”. *International Review for the Sociology of Sport*, 45, pp. 23-37.

DOI : 10.1177/1012690209356999

Domingos, Nuno (2019). “The death of a football player. Eusébio and the struggle for Portuguese History”. *Práticas da História*, 8, pp. 163-197.

Domingos, Nuno; Pereira, Victor (2019). “Le club de football et la culture de masse. Notes sur un projet de recherche inédit de José Cutileiro”. *Lusotopie*, 18, pp. 119-144.

DOI : 10.1163/17683084-12341734

Ferreira, José Medeiros (1993). *História de Portugal: Oitavo volume. Portugal em transe (1974-1985)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Fleuriel, Sébastien; Schotté, Manuel (2016). “Éditorial. Dépasser l’alternative amateurs/professionnels. Programme pour une histoire sociale des sportifs au travail”. *Le Mouvement Social*, 254, pp. 3-12.

Gounot, André; Jallat, Denis; Koebel, Michel (2012). *Les usages politiques du football*. Paris: L’Harmattan.



Hammond, John L. (1988). *Building Popular Power: Workers and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Monthly Review Press.

Kumar, Rahul (2017). *A Pureza Perdida do Desporto: Futebol no Estado Novo*. Lisboa: Edições Paquiderme.

Movimento Nacional de Futebol Juvenil (1976a). *Futebol de A a Z*. Lisboa: Direção-Geral dos Desportos.

Movimento Nacional de Futebol Juvenil (1976b). *Regras de Futebol*. Lisboa: Direção-Geral dos Desportos.

Murteira, António (2004). *Uma Revolução na Revolução. Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto: Campo das Letras.

Noronha, Ricardo (2018). “A Banca ao Serviço do Povo”. *Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.

Reis, António (1994). *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rudel, Christian (1980). *La liberté couleur d'œillet. Histoire du XXe siècle portugais*. Paris: Fayard.

Serrado, Ricardo; Serra, Pedro (2014a). *História do Futebol Português. Uma Análise Social e Cultural. Volume I – Origens, Institucionalização e Profissionalização*. Lisboa: Prime Books.

Serrado, Ricardo; Serra, Pedro (2014b). *História do Futebol Português. Uma Análise Social e Cultural. Volume II – Industrialização e Globalização*. Lisboa: Prime Books.

Simon, François-René; Leiblang, Alain; Mahjoub, Faouzi (2008). *Les enragés du football. L'autre mai 68*. Paris: Calmann-Levy.

Taylor, Matthew (2016). “Les joueurs de football sont-ils des esclaves? Conditions d'emploi dans le milieu du football professionnel en Angleterre et au Pays de Galles (1945-1961)”. *Le Mouvement Social*, 254, pp. 47-68.

Tomaz, João; Silva, Pedro Adão e (2017). *Deixem-nos Sonhar – Caso Saltillo: Portugal e o México 86*. Lisboa: Tinta-da-china.

Varela, Raquel (2014). *História do Povo na Revolução Portuguesa – 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora.

---

## Notas

1 *Diário do Governo* nº 162/1943, Série I, Decreto-Lei nº 32946, de 3 de agosto de 1943.

2 *Diário do Governo* nº 126/1960, Série I, Lei nº 2104, de 30 de maio de 1960.

3 *A Bola*, “Portugal – Que desporto”, 27 de fevereiro de 1975, pp. 3 e 8.

4 *A Bola*, “Num país novo a caminho do socialismo deseja-se a unidade povo-futebol”, 6 de setembro de 1975, pp. 1-6.

5 *A Bola*, “Comissão administrativa a favor dos jogadores, mas não contra os clubes”, 24 de fevereiro de 1972, p. 5.

6 *Record*, “‘Fumo branco’ na profissão de futebolista”, 26 de fevereiro de 1972, p. 2.

7 *Record*, “Artur Jorge (Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol) comenta o 25 de Abril”, 30 de abril de 1974, p. 13.

8 *A Bola*, “Tem de acabar a escravidão dos jogadores”, 11 de maio de 1974, p. 4.

9 *Record*, “Direção do Sindicato apela aos futebolistas”, 30 de maio de 1974, p. 1.

10 *A Bola*, “Sindicato sem sono para dignificar o futebol”, 23 de novembro de 1974, p. 6.

11 *Record*, “Comunicado do Sindicato dos Jogadores”, 11 de julho de 1974, p. 2.

12 *Record*, “Anulado o recurso à greve em reunião efetuada no sindicato”, 10 de maio de 1975, p. 3.

13 *A Bola*, “Legislação revolucionária no futebol português. Fim do direito de opção”, 10 de julho de 1975, p. 6.

14 *Boletim Ministério do Trabalho* (1975). “Regulamentação de trabalho para os futebolistas profissionais”, 26, Ano XLII, 15 de julho.

15 *Mundo Desportivo*, “A Previdência é tema. Profissional de futebol – um trabalhador como qualquer outro”, 26 de março de 1976, p. 3.

16 *A Bola*, “A Bola que não saiu e o futebol que não foi cavalo de Tróia”, 27 de setembro de 1974, p. 12.

17 *Idem*, p. 12.

18 *Record*, “António Bernardo. Impõe-se uma vigilância revolucionária nos estádios”, 4 de setembro de 1975, p. 2.



- 19 *Record*, “O Sindicato dos Jogadores adere à Intersindical”, 10 de julho de 1975, p. 7.
- 20 *Mundo Desportivo*, “Congresso de Sindicatos em Paris. No Bloco anglo-saxónico há um espírito conservador! – aponta Agostinho, presidente do Sindicato dos Profissionais Portugueses de Futebol”, 16 de janeiro de 1976, p. 6.
- 21 Carlos Miranda, “25 de Abril ainda não chegou à bola”, *A Bola*, 5 de dezembro de 1974, p. 7.
- 22 *A Bola*, “Artur Jorge vai regressar”, 11 de janeiro de 1975, p. 5.
- 23 *A Bola*, “Artur Jorge vai regressar”, 11 de janeiro de 1975, p. 8.
- 24 *Record*, “António Bernardo. Impõe-se uma vigilância revolucionária nos estádios”, 4 de setembro de 1975, p. 2.
- 25 Diário do Governo nº 283/1974, Série I. Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de dezembro de 1974.
- 26 *A Bola*, “Dossier DGD”, 5 de agosto de 1975, p. 1.
- 27 *A Bola*, “A política desportiva da DGD. Uma arma popular chamada... desporto”, 16 de agosto de 1975, p. 2.
- 28 *A Bola*, “4000 crianças em acção. Coimbra”, 31 de maio de 1975, p. 1.
- 29 *A Bola*, “Avante futebol popular!”, 27 de fevereiro de 1975, pp. 4 e 8.
- 30 Manuel Abrantes, “Relatório Futebol Juvenil”, sem data, Direcção-Geral dos Desportos, p. 1.
- 31 Carlos Miranda, “Problema nº 1 do profissionalismo. Sindicato livre dos profissionais do desporto”, *A Bola*, 18 de maio de 1974, p. 3.

---

## Para citar este artigo

### Referência do documento impresso

Pierre Marie, «Revolução, sindicalismo e futebol. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol durante o processo revolucionário português, 1974-1976», *Ler História*, 78 | 2021, 179-198.

### Referência eletrónica

Pierre Marie, «Revolução, sindicalismo e futebol. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol durante o processo revolucionário português, 1974-1976», *Ler História* [Online], 78 | 2021, posto online no dia 23 junho 2021, consultado no dia 24 setembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/8409>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8409>

---

## Autor

**Pierre Marie**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

[pierremarie@ces.uc.pt](mailto:pierremarie@ces.uc.pt)

---

## Direitos de autor



*Ler História* está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

